



**Inquérito Civil nº** xxxxxxxxxxxxxx

## **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**

Compromitente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Compromissário(a): xxxxx

Ente Público Lesado: xxxxx

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça que este(a) subscreve, titular da xx Promotoria de Justiça de XXXXXXXXX, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com base nos artigos 127 e artigo 37, § 4º da Constituição da República de 1988, Lei Federal nº 8.625/93, artigo 17-B da Lei Federal nº 8.429/92, bem como o artigo 37 do Decreto Federal nº 5.687/2006 (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – Convenção de Mérida), e **XXXXXX**, “nacionalidade”, “estado civil”, “profissão”, inscrito(a) no RG n. xxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o n. xxxxxx, nascido(a) em xx/xx/xx, natural de xxxx, filho(a) de xxxx e xxxx, residente xxxxx, telefone xxxxx, email xxxxxx, doravante denominado(a) **COMPROMISSÁRIO(A)**, acompanhado(a) de seu advogado xxxxxxxx, OAB/MS xxxxxxxx, bem como o **MUNICÍPIO DE XXXXXX**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n. xxxxxxxx, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, xxxxxxxxx, CPF n. xxxxxxxx

*\*Colocamos o Município, mas pode ser outro ente e/ou representante (com poderes para tal).*

*\*A intimação do ente lesado deve ocorrer se houver dano ao erário, conforme art. 17-B, § 1º, I, da Lei de Improbidade Administrativa.*

*\*Há modelo de intimação do procurador do município/prefeito na intranet (área restrita do Núcleo do Patrimônio Público).*

e

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 8.429/92, em seu artigo 17-B, prevê que o Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil;



**CONSIDERANDO** que o acordo de não persecução cível poderá ser celebrado, tanto na fase extrajudicial, quanto na fase judicial, com as pessoas físicas investigadas ou processadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou mais das sanções definidas na Lei nº 8.429/1992, desde que a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato ilícito, bem como as vantagens para o interesse público indiquem que a rápida solução adotada apresenta-se cabível ao caso;

**CONSIDERANDO** que o Inquérito Civil n. xxx e que tem por objeto xxxxxxxx, contém elementos que demonstram fatos que caracterizam, em tese, a prática dolosa de ato de improbidade administrativa, nos termos expostos na cláusula 1ª do presente instrumento;

**CONSIDERANDO** que o(a) **COMPROMISSÁRIO(A)**, compromete-se a colaborar amplamente com as investigações, promovendo a identificação de outros agentes, partícipes, beneficiários, bem como localização de bens e valores e produção de outras provas, se tais condicionantes se mostrarem necessárias.

**CONSIDERANDO** que o(a) **COMPROMISSÁRIO(A)** manifestou interesse em solucionar o caso pelo meio consensual do acordo de não persecução cível;

**RESOLVEM**, na proteção da probidade administrativa, celebrar o presente **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**, nos seguintes termos:

#### **I - DO OBJETO E ABRANGÊNCIA:**

Cláusula 1ª: O presente acordo de não persecução cível tem por objeto o(s) fato(s) constantes no Inquérito Civil xxxxx, subsumido(s) à hipótese típica prevista no artigo xxxxx da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), em razão do(a) **COMPROMISSÁRIO(A)** xxxxxxx

*\*Narrar resumidamente os fatos.*



Cláusula 2ª: O acordo de não persecução cível é celebrado com as obrigações e as condições a seguir apresentadas, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou de algumas das sanções definidas na Lei nº 8.429/1992, observando que:

a) o acordo proporciona o pleno atendimento ao interesse público, consubstanciado na suficiente proteção do patrimônio público e da moralidade administrativa;

b) o acordo se revela mais vantajoso ao interesse público do que o transcurso de uma ação de improbidade administrativa, levando-se em consideração a materialização fática da duração razoável do procedimento e da efetividade da tutela almejada;

c) o acordo é entabulado com os representantes legitimados para sua celebração.

## **II - DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO(A) COMPROMISSÁRIO(A)**

Cláusula 3ª: O(A) **COMPROMISSÁRIO(A)** se obriga a(ao):

*\*Lembrar que a reparação integral do dano, a restituição total do produto do enriquecimento ilícito e o perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos do ilícito SEMPRE devem existir:*

a) ressarcir integralmente o dano causado ao erário, no valor total de xxxxx (R\$ xxxxx) *(\*o ideal seria haver referência a um documento, como por exemplo uma planilha de referência constante no procedimento, para demonstração de como se chegou ao valor total, inclusive com as atualizações monetárias, etc)*, em favor de xxxxxxx *(\*nome e identificação do ente lesado; SEMPRE ao ente lesado, não para fundos, projetos, conversão em serviços, etc)*, em parcela única **OU** em XX (xx) parcelas mensais *(\*\*em caso de parcelamento, deve-se fixar correção monetária e juros pré-fixados)*, por meio de XXXXX *(\*colocar o meio a ser utilizado, como depósito em conta, transferência, etc)* a ser realizado **OU** a primeira parcela sendo realizada em até 10 (dez) dias contados da ciência da homologação do presente instrumento pelo juízo competente;



b) perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, consistente em xxxxxx (*\*fazer a descrição pormenorizada dos bens e valores, com apontamento das referências cabíveis de conta bancária, registros imobiliários, etc*), sendo o valor total apurado de xxxxxx (*\*mesma observação feita no item 'a', quanto à referência para se chegar ao montante*) revertido ao xxxxxx (*ente público lesado*), por meio de XXXXX (*\*colocar o meio a ser utilizado, como depósito em conta, transferência; descrever modo da perda e procedimento de alienação e obtenção dos ativos, etc.; prazos*), procedimentos esses contados da ciência da homologação pelo juízo competente;

c) pagamento de multa civil, no valor de XXXXXX, levando-se como parâmetro xxxxx (*se for art. 9º, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial; se for art. 10, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano; se for art. 11, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente. O valor avençado não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429/1992*), a ser revertida a XXXXXX, em parcela única **OU** em XX (xx) parcelas mensais, por meio de XXXXX (*\*colocar o meio a ser utilizado, como depósito em conta, transferência, etc*) a ser paga **OU** a primeira parcela sendo paga em até 10 (dez) dias contados da ciência da homologação do presente instrumento pelo juízo competente.

d) pagamento do valor de XXXXXX, a título de dano moral coletivo (*\*aqui, caso deseje, vale apontar no procedimento ou fazer nota de rodapé, acerca do porquê o caso enseja dano moral coletivo – fundamentar*, a ser revertido a XXXXXX, em parcela única **OU** em XX (xx) parcelas mensais (*\*\*em caso de parcelamento, recomenda-se fixar correção monetária e juros pré-fixados*), por meio de XXXXX (*\*colocar o meio a ser utilizado, como depósito em conta, transferência, etc*) a ser paga **OU** a primeira parcela sendo paga em até 10 (dez) dias contados da ciência da homologação do presente instrumento pelo juízo competente.

e) renunciar à sua função pública, servindo o presente termo como pedido de exoneração, devendo o(a) **COMPROMISSÁRIO(A)** formalizar seu pedido perante o órgão xxxxx (*nomear o órgão público cabível*), no prazo de 30 (trinta) dias após a ciência da homologação deste acordo, bem como apresentar, posteriormente, perante esta Promotoria de Justiça, no prazo de XXXX, a publicação de sua exoneração;



f) renunciar ao direito de se candidatar a cargos públicos eletivos, pelo período de xxxxx (*\*o prazo deve seguir os parâmetros do art. 12 da Lei 8.429/92*), a contar da homologação judicial do presente acordo;

g) não contratar com o poder público e não receber benefícios e incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário (*\*sugestões: mediante a realização de concurso público ou processo seletivo; por meio de licitação ou contratação direta; ou mesmo em razão da nomeação para cargos de provimento em comissão*), pelo prazo de xxxxx (*não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429/1992: art. 9º, prazo não superior a 14 anos; art. 10, prazo não superior a 12 anos; art. 11, prazo não superior a 4 anos*)”, abrangendo xxxxxx (*\*Art. 12 § 4º Em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica, conforme disposto no § 3º deste artigo*) a contar da homologação judicial do presente acordo.

*\*Apesar da Lei 8.429/92 destacar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como na prática há dificuldades na fiscalização desta cláusula, sugere-se acionamento dos principais órgãos de controle, além do próprio ente lesado caso esse não tenha participado do acordo (tem que ser obrigatoriamente intimado a participar, mas sua participação não é obrigatória).*

h) adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, consistente em xxxxxx, conforme projeto xxxxxx, a ser iniciado em xxxxx, após ciência da homologação judicial do presente acordo (*\*se for o caso, em atenção ao disposto no art. 17-B, § 6º da Lei de Improbidade Administrativa*),

### **III - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO(A) COMPROMISSÁRIO(A)**

Cláusula 4<sup>a</sup>: O(A) **COMPROMISSÁRIO(A)** se compromete a:



a) manter atualizados todos os seus dados perante o Ministério Público até final cumprimento de todas as obrigações;

b) comprovar perante o Ministério Público, conforme as disposições contidas na Cláusula 3ª, o cumprimento das obrigações que demandem sua comunicação, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo, quando for o caso, por iniciativa própria e de forma antecipada e documentada, apresentar eventual justificativa para o não cumprimento dos prazos, para análise quanto à possível prorrogação;

c) oferecer como garantia ao cumprimento do compromisso xxxx (*\*especificar o compromisso ou os compromissos constantes na Cláusula 3ª*), xxxxxxxx (*\*identificar a garantia*);

*\*Verificar a necessidade/possibilidade deste compromisso*

*\*Especificar eventuais bens colocados em garantia.*

*\*Verificar se é caso de se manter ou colocar em indisponibilidade o bem colocado em garantia.*

d) comparecer ao Ministério Público sempre que notificado, às próprias expensas, além de esclarecer espontaneamente ou quando solicitado, todos os atos ilícitos relacionados ao/a (*\*\*procedimento em curso ou ação*), fornecendo informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente passíveis de obtenção, notadamente para:

d.1) identificação dos autores, coautores, partícipes e testemunhas dos fatos;

d.2) revelação de eventual estrutura hierárquica ou divisão de tarefas dos envolvidos;

d.3) recuperação dos valores pagos ilegalmente a qualquer título aos investigados;

*\*Verificar se o caso enseja esse compromisso*

*\*Recomendável em investigação com pluralidade de investigados*

e) aceitar o desconto mensal em sua remuneração, para atendimento ao pactuado na Cláusula 3ª, letra “xx”.

*\*Verificar se o caso enseja esse compromisso*



#### **IV – DA PARTICIPAÇÃO DO ENTE LESADO**

Cláusula 5ª: O Município de xxxx (*\*ou outro ente*), por meio de seu representante xxxx, declara sua aceitação quanto ao valor fixado a título de ressarcimento de danos ao erário e de perdimento de bens e valores do(a) **COMPROMISSÁRIO(A)**, conforme Cláusula 3ª, letra xxx.

Cláusula 6ª: O Município de xxxxx, visando cooperação de atuação no ressarcimento ao erário, compromete-se a comunicar ao Ministério Público o cumprimento ou descumprimento das cláusulas que importam no pagamento de valores em seu benefício, no prazo de até 10 (dez) dias de seu vencimento, independentemente das obrigações do(a) **COMPROMISSÁRIO(A)** no mesmo sentido, a fim de possibilitar ao Ministério Público as medidas cabíveis previstas neste instrumento.

Cláusula 7ª: (*se for o caso*) O Município de xxxx (*\*ou outro ente*) declara sua aceitação ao pedido de exoneração da função pública formulado pelo(a) **COMPROMISSÁRIO(A)** por meio deste termo de acordo, bem como se compromete a encaminhar ao Ministério Público cópia do respectivo termo de exoneração, no prazo de até 10 (dez) dias após a homologação deste acordo, independentemente das obrigações do(a) **COMPROMISSÁRIO(A)** no mesmo sentido.

#### **V – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Cláusula 8ª: O Ministério Público se compromete a, durante o prazo para o cumprimento do acordo, não ajuizar nenhuma medida judicial cível ou ação por improbidade administrativa relacionada aos fatos e termos convenionados no presente acordo contra o(a) **COMPROMISSÁRIO(A)**.

*\*Como em Mato Grosso do Sul a atribuição no Patrimônio Público abrange as áreas cível e criminal pelo mesmo órgão de execução, ideal verificar também a questão de possível celebração de acordo de não persecução penal.*



Cláusula 9ª: O órgão do Ministério Público aqui signatário providenciará o trâmite procedimental previsto na legislação em vigor, consistente na oitiva do Tribunal de Contas quanto aos parâmetros utilizados na apuração do dano a ser ressarcido (*\*se for o caso de dano ao erário a ser ressarcido*), bem como na remessa do presente acordo de não persecução cível para aprovação do E. Conselho Superior do Ministério Público, seguindo posterior envio ao Poder Judiciário para a homologação judicial.

*\*Lei de Improbidade Administrativa, art. 17-B. § 1º A celebração do acordo a que se refere o caput deste artigo dependerá, cumulativamente: (...) II - de aprovação, no prazo de até 60 (sessenta) dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação; III - de homologação judicial, independentemente de o acordo ocorrer antes ou depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.*

## **VI - DAS CONSEQUÊNCIAS DE EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DO ACORDO**

Cláusula 10: O descumprimento das obrigações descritas na cláusula xxx do presente acordo de não persecução cível implicará a(ao) **COMPROMISSÁRIO(A)**, imposição de multa pessoal e diária, no valor de R\$ XXX (xxx), aplicada para cada dia de atraso. Referida multa, corrigida por índice oficial em vigor (xxxx) (*\*sugestão IPCA ou INPC*), será revertida em favor xxxxxx

Cláusula 11: O descumprimento do acordo, ainda que parcial, acarretará o vencimento antecipado das obrigações em sua totalidade (valor integral do dano e enriquecimento ilícito, conforme Clausula 3ª, letra xxx e valor integral da multa), descontando-se as frações eventualmente já pagas, competindo ao órgão do Ministério Público promover a execução do título, inclusive da multa cominatória prevista na cláusula anterior.

Cláusula 12: O descumprimento do acordo acarretará a(ao) **COMPROMISSÁRIO(A)** a perda de todo os benefícios pactuados, sem embargo da



instauração ou retomada do procedimento referente aos atos e fatos incluídos no acordo, ou ajuizamento de ação de improbidade administrativa, conforme o caso ensejar, sem prejuízo de utilização das informações prestadas e dos documentos fornecidos pelo compromissário, além do impedimento de celebrar novo acordo pelo prazo de 05 anos, contados do conhecimento pelo Ministério Público do descumprimento, conforme previsto no § 7º, do art. 17-B da Lei de Improbidade Administrativa.

## **VII – DA EFICÁCIA**

Cláusula 13: O presente acordo de não persecução cível vincula as partes a partir de sua assinatura, mas somente produzirá efeitos após sua homologação judicial, nos termos acima pactuados e disposições contidas na Lei nº 8.429/92, art. 17-B, § 1º, II, passando a constituir título executivo judicial, nos termos do Código de Processo Civil, art. 515, inciso III.

## **VIII – DO CUMPRIMENTO**

Cláusula 14: Cumpridas as condições estabelecidas, o acordo de não persecução cível será declarado definitivamente adimplido, mediante ato do membro do Ministério Público.

## **IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 15: O(a) **COMPROMISSÁRIO** declara expressamente que, assistido por seu advogado xxxxxxxx, foi orientado a respeito de seus direitos, garantias e deveres legais, e que aceita o presente acordo de livre e espontânea vontade, bem como que não se encontra em continuidade de envolvimento ao ato ilícito narrado, e que o não atendimento às determinações e solicitações do Ministério Público durante a validade do presente instrumento jurídico também ensejarão sua execução, nos termos acima pactuados.



Cláusula 16: O presente acordo, em especial a Cláusula 3ª e todas que lhes sejam correlatas e complementares, obriga a todos os representantes legais e sucessores, a qualquer título, do **COMPROMISSÁRIO**, ao cumprimento das obrigações assumidas, até o limite do valor da herança, sendo ineficaz qualquer estipulação contrária.

Cláusula 17: As partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de xxx para dirimir quaisquer dúvidas acerca do presente instrumento, seja judicial ou extrajudicialmente.

xxxxxxxxxxxxx/RJ, xx de xxxxxx de 2022.

---

xxxxxx

Promotor(a) de Justiça

---

xxxxx

COMPROMISSÁRIA(O)

---

xxxxx

Advogado (OAB/MS XXX)

---

xxxxx

Representante do xxxx (ente interessado/lesado)